

29/05/2020

CIEE propõe medidas para manter empregabilidade dos jovens durante pandemia

Entidade filantrópica sugere pacote de ações que inclui a abertura de 400 mil vagas para aprendizes e a criação de títulos de dívida pública

O Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE acompanha de perto os desdobramentos dos impactos da pandemia na empregabilidade dos jovens. Por isso, tem sugerido soluções ao Ministério da Economia, entre elas, uma MP que prevê a contratação de até 400 mil aprendizes e a criação de títulos de dívida pública de caráter extraordinário, os chamados 'bonds', para custear os gastos do período.

Abertura de vagas

A proposta está baseada na Lei da Aprendizagem. Segundo levantamento realizado pela entidade, o contrato do aprendiz, com duração de cerca de no máximo dois anos, custa às empresas R\$ 30 mil reais. Se deste valor total o governo auxiliar com o custeio de 50%, será possível criar oportunidades para jovens em situação de vulnerabilidade entre 14 e 24 anos no período pós-pandemia.

De acordo com Humberto Casagrande, CEO do CIEE, se 1% do valor disponibilizado pelo orçamento federal para o combate ao novo coronavírus, cerca de R\$ 600 bilhões, fosse destinado à Lei da Aprendizagem, em aproximadamente 60 dias já seria possível a abertura das vagas. O impacto direto e indireto dos aprendizes na economia é de R\$ 5,6 bilhões anuais, de acordo com pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, encomendada pelo CIEE.

Coronabonds

Já a segunda iniciativa visa uma saída para a crise econômica pós-Covid-19 por meio da criação de títulos de dívida pública chamados de coronabonds. Os papéis seriam uma opção para irrigar a economia e não impactar o orçamento federal. Lembrando que os bonds já foram aplicados em situações similares, como nas Guerras Mundiais e no atentado de 11 de Setembro.

A proposta apresenta a possibilidade de emitir cerca de R\$ 600 bilhões em títulos com vencimento em 20 anos e rendimento do IPCA mais spread de 2,5% - retorno acima da curva de títulos públicos convencionais.

De acordo com o governo federal, o socorro à população em geral, empresas, estados e municípios custará R\$1,169 trilhão. Com a medida, seria possível separar a dívida atrelada ao período e não impactaria o orçamento e a confiança de investidores.

O ideal é que os coronabonds sejam obtidos de forma voluntária por investidores institucionais, pessoas físicas e seguradoras. "A essência do plano é para que haja mais

transparência nas medidas que já estão sendo tomadas, considerando que na emissão de NTN-B, títulos tradicionais do Tesouro, não há como ter certeza a respeito de onde o dinheiro é aplicado”, afirma Casagrande.